



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2016 e 2015

Grupo Rendimento

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

Cenário Econômico

O ano de 2016 foi marcado pelas tensões políticas no âmbito global. No cenário externo, após a turbulência da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), problemas no sistema financeiro da Europa (principalmente Itália), ascensão de forças políticas de extrema-direita na Europa, o último destaque foi o resultado inesperado das eleições americanas, com a vitória de Donald Trump, com o Congresso majoritariamente republicano. O discurso do novo presidente, que tomou posse em 20 de janeiro de 2017, é de uma política expansionista, com retomada de investimentos, concessão de estímulos e protecionismo comercial.

Nos EUA, Banco Central Americano, elevou a taxa básica de juros em dezembro de 0,5% a.a para 0,75% a.a. Os indicadores econômicos mostram que o ritmo de crescimento se intensificou no terceiro trimestre, com as contribuições do setor externo, dos estoques e do consumo das famílias, favorecido pelas melhores condições do mercado de trabalho, pelas valorizações do mercado acionário e dos preços de imóveis. O novo governo Trump sinaliza uma política pró-crescimento, com reforma tributária, reestruturação do sistema de saúde, renegociação de tratados comerciais e desregulação de alguns setores. Essas medidas podem trazer um risco inflacionário e a reação do mercado foi a elevação das taxas de juros futuras. O FED elevou a sua projeção de juros para mais três aumentos anuais da taxa básica ao longo dos próximos anos até 2019. A nossa estimativa de crescimento para a economia americana está em torno de 1,60% para 2016 e para 2017 em torno de 2% - 2,20%.

Na China, a política de estímulos fiscais está contribuindo para um crescimento em torno da meta prevista do governo de 2016 entre 6,5% e 7%. Entretanto o elevado endividamento corporativo e os apertos ao setor imobiliário restringem a demanda agregada, diminuem a eficácia dos estímulos aplicados e representam riscos futuros para a atividade. Neste contexto, o cenário de desaceleração gradual da economia chinesa permanece para os próximos anos.

No mercado doméstico, o ambiente político ficou mais conturbado, com as delações e acordos de leniência da operação Lava-Jato e as eleições de presidente na Câmara e no Senado. Temer sinalizou junto a sua equipe econômica a prioridade no reequilíbrio das contas públicas, com medidas estruturais de consolidação fiscal, como a imposição de um teto para o crescimento de gastos, reforma da previdência, privatizações e elevação de impostos. A PEC do teto de gastos foi aprovada e dando sequência ao ajuste fiscal estrutural, a proposta da reforma da Previdência foi enviada ao Congresso. Esperamos que as tensões do ambiente político não atrapalhem o avanço no processo das reformas necessárias para o ajuste fiscal.

Na parte econômica, os dados divulgados tem sinalizado desempenho abaixo do esperado indicando uma retoma mais gradual na economia. O PIB do terceiro trimestre recuou 0,8% em relação ao trimestre anterior, a sétima retração seguida. Contra o mesmo período do ano passado recuou 2,9% e no acumulado ano até setembro foi uma retração de 4%. A agropecuária teve queda de 1,4% em comparação ao trimestre anterior, a indústria retração de 1,3% após uma alta de 1,2% no segundo trimestre e serviços queda de 0,6%. O desemprego elevado, a renda real em queda, a alta alavancagem das famílias deverão limitar a retomada do consumo. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaquecimento, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito. A nossa projeção de retração do PIB em 2016 é em torno de 3,40% - 3,50%. Para 2017, acreditamos que no primeiro semestre ainda será de ajustes e estabilidade na economia, com crescimento a partir do segundo semestre, projetamos crescimento do PIB de 0,50%.

Na política monetária, o IPCA encerrou o ano em 6,29%, abaixo do teto da meta de 6,5%, sendo a recessão um dos responsáveis por parte da contenção dos preços. Em 2016 alimentação, saúde e despesas pessoais representaram 67% da inflação. Nos últimos meses a inflação dá sinais de queda com recuo nos alimentos, queda do câmbio e da redução de serviços e devem





contribuir para finalizar 2017 em torno de 4,8%, próximo ao centro da meta 4,5%. O BACEN encerrou o ano com a taxa Selic em 13,75% e sinalizou na última reunião do Copom que poderá intensificar o processo de flexibilização monetária com a desinflação mais disseminada e atividade econômica aquém do esperado, estabelecendo um novo ritmo de flexibilização. A nossa expectativa que em 2017 o BACEN seja mais agressivo nos cortes de juros da política monetária e encerre 2017 com a taxa Selic em torno de 9,75% a.a.

Histórico

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo BACEN.

O atendimento à clientela é diferenciado das demais instituições financeiras, por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários, dada a complexa regulamentação cambial do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes. Neste contexto, mantém estrutura organizada, no mercado primário de câmbio, para o atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial – importação e exportação – e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços.

No segmento de *Middle Market*, concentra suas operações de crédito com o personalizado atendimento a empresas de faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxas veiculares, antecipação de recebíveis de cartão de crédito e concessão de linha específica de financiamento na atividade educacional.

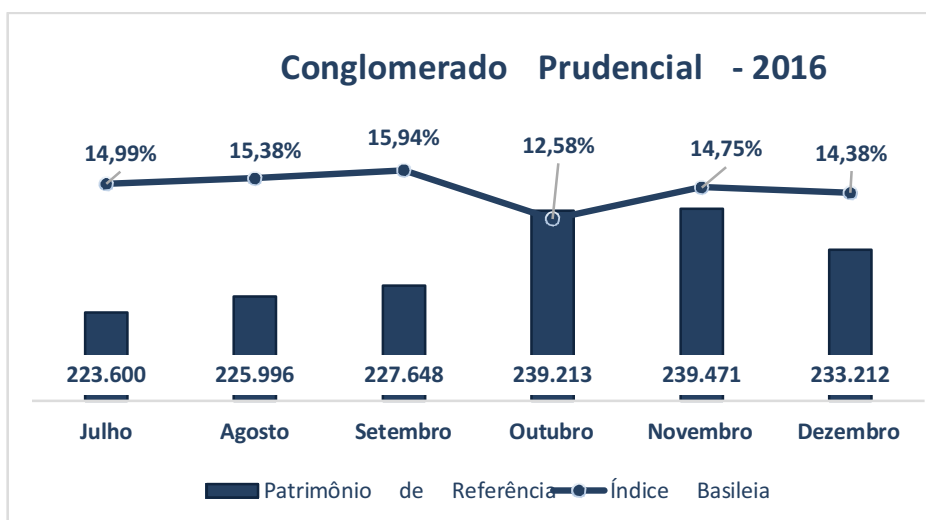
Na área de serviços vem alcançando posições, atuando na arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. e da distribuidora Cotação DTVM S/A, empresas integrantes do Grupo Rendimento, atua na comercialização de moeda estrangeira, em papel moeda, e como distribuidor dos cartões pré-pagos, VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Índice da Basileia

A apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, representa o comportamento do índice de Basileia, apurado neste exercício, calculado em bases do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução 4.193/13, do CMN.

Neste exercício, o Índice de Basileia se manteve estável apesar dos impactos, pela aplicação dos ajustes prudenciais, definidos na Resolução nº 4.192/13 do CMN, que passou de 40% em 2015 para 60% em 2016 e pelo fluxo cambial proveniente das operações de repatriação de recursos.





Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

O modelo de Governança Corporativa encontra-se alinhado às melhores práticas e em conformidade com os normativos do BACEN e do CMN, através de processos consolidados pela ética, transparência e conduta respeitosa no relacionamento com os acionistas, colaboradores, clientes e parceiros.

A estrutura de Governança, com procedimentos e mecanismos específicos de gestão de riscos e efetivo controle, abrange as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Socioambiental e Segurança da Informação, Auditoria Interna e de controle de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, código de conduta ética, estrutura tecnológica, com processos devidamente definidos e controlados por profissionais capacitados e alinhados aos objetivos estratégicos do Grupo, tendo como arcabouço as leis, regulamentações externas, políticas, normas, procedimentos internos.

A gestão corporativa de riscos mantém estrutura independente das demais áreas, apesar de ser compatível, efetiva e adequada às necessidades e complexidades operacionais e de negócios realizados pelo Grupo. Está implantada e disciplinada de forma integrada, através de modelos e ferramentas específicas de mensuração, respaldados em políticas, procedimentos e controles internos, com comitês corporativos e regulatórios específicos, visando a avaliação, análise e aprovação de medidas corretivas e preventivas e mitigação de possíveis riscos associados.

A estrutura de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, também responsável pela Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, com as atribuições, responsabilidades e delegação de autoridade, devidamente definidas. Os mecanismos de análise e controle envolvem um conjunto integrado de ações e procedimentos com o objetivo de mitigar possíveis perdas em operações de crédito, câmbio, serviços e outras afins, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização, evitando o descasamento de prazos com captações e, conseqüentemente, a exposição a riscos financeiros, de imagem e reputação no Grupo.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional é constituída por um conjunto de procedimentos e instrumentos de controle que proporcionam uma permanente adequação desse gerenciamento, à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. O modelo de controle, mensuração e mitigação instituído, visa possibilitar a





identificação e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Com base nesse modelo é determinado o montante do capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.640/13, do BACEN.

Nossa estrutura se mantém alinhada à contínua sofisticação do ambiente dos negócios bancários e crescente evolução tecnológica, cujo gerenciamento requer uma estrutura distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado e compatível com os negócios, produtos e serviços disponibilizados à clientela.

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do CMN, com estrutura capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo Grupo, com vistas a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Grupo Rendimento mantém política alinhada ao efetivo controle da liquidez, por se tratar de um instrumento estratégico e de extrema importância dentro do grupo. Esse monitoramento passa por contínuo acompanhamento dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem intercorrências de descasamento entre ativos e passivos.

Com base nos controles e testes, em cenários de estresse, são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo estabelecido em política e diretrizes internas, que visam identificar, pelo Patrimônio de Referência (PR), o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais, a fim de se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

De acordo com os critérios de classificação de operações, previstos em normativos do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise das exposições e testes de estresse é aplicada integralmente às carteiras trading book e banking book, visando obter impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito encontra-se alinhada às disposições constantes da Resolução 3.721/09, do CMN, e tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos por meio de políticas aderentes às boas práticas e manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados aos segmentos de mercado em que atua.

A Estrutura de Risco de Crédito possibilita a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Comitê de Crédito encontra-se constituído, conforme diretrizes definidas pela Administração e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito, na aprovação de medidas corretivas e de planos de ação visando a manutenção de rentabilidade da carteira. Atua como uma linha de defesa para a gestão do risco, na identificação de eventos





e situações, que envolvam os respectivos clientes, os quais possibilitem melhorar e auxiliar a qualidade e seletividade do crédito a ser concedido.

Política de Deferimento de Crédito

A política de concessão de crédito, aplicada pelo Banco, fundamenta-se na exigência de garantias, compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes que apresentem capacidade financeira para honrar os compromissos de crédito contratados.

O processo de tomada de decisões e a definição da política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observação do risco das operações.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura para avaliação e gerenciamento do capital, devidamente alinhada ao controle dos riscos dos negócios e alavancagem dos respectivos portfólios, possibilita o monitoramento contínuo das operações realizadas no Grupo, através da utilização de ferramentas específicas e metodologias adotadas pelo mercado, visando padronizar as definições críticas e subsidiar a tomada de decisões.

Esse processo de monitoramento tem como objetivo avaliar a capacidade do Patrimônio de Referência (PR) de suportar, em períodos futuros, todos os riscos que possam envolver os negócios do Grupo, e dar consistência à política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

A estratégia de negócios da organização está registrada no Plano Trienal de Capital, aprovado pela Diretoria, onde estão considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo. São realizadas projeções do índice de Basileia, através de simulações de cenários de estresse, visando possibilitar previsão de fontes para manutenção do nível de capital.

Nesse Plano de Capital são contempladas as expectativas do triênio, com base no Conglomerado Prudencial, através de projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia, alinhada ao ambiente normativo regulatório.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Grupo Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento, nas operações com clientes e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins.

A participação frequente da Administração, na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro, assegura o alinhamento entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades realizadas no Grupo, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais.





A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas.

Quando identificados casos suspeitos ou atípicos, através de apurações independentes realizadas pela Área de Riscos & Compliance, em comitê específico ou em análises pontuais, são tomadas as devidas providências quanto a restrição ou proibição de operações ou de clientes, bem como a comunicação aos órgãos reguladores de fiscalização e monitoramento.

As áreas de negócios são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à Administração. Na avaliação inicial, dentre outros procedimentos para a seleção e identificação de negócios, é utilizada a estrutura de CRM (*Customer Relationship Management*) que tem por objetivo dar suporte às ações de prospecção, avaliação e de relacionamento com clientes, bem como auxiliar a Área de Riscos & Compliance no processo de análise.

Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental implementada no Grupo Rendimento, estabeleceu princípios, diretrizes e procedimentos, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como efetivou modelo para o controle de atividades e operações, nos negócios que envolvem as empresas do Grupo, nas relações de trabalho com o mercado, clientes, parceiros e fornecedores, nos termos definidos na Resolução 4.327/14 do CMN.

A estratégia para a aplicação de medidas socioambientais, no Grupo, consiste em: a) agregar esses controles às práticas atuais de governança, ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental no ambiente interno, contemplando as atividades de negócios e serviços bancários explorados e b) avaliar o “risco socioambiental” na relação com clientes, parceiros e fornecedores, visando à adoção de procedimentos que anulem ou reduzam a incidência de tal risco.

Com o envolvimento das diretorias e gestores, encontram-se definidas diretrizes, visando possibilitar o conhecimento e disseminação a todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a importância no cotidiano de cada colaborador e sua efetiva aplicabilidade na nossa relação de trabalho e negócios.

Fizemos constar das nossas estratégias e diretrizes, os procedimentos da Lei Anticorrupção e na Política de Responsabilidade Socioambiental, como um elemento de responsabilidade social, dando ênfase aos padrões éticos. Por isso, passamos a considerar nos novos contratos com clientes, parceiros e fornecedores, como instrumento de mitigação de possíveis riscos socioambientais, cláusula que trata da necessária regularidade aos assuntos ligados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros pertinentes ao tema, fazendo-se compor das análises de Compliance, visando, com isso, a apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, independentemente dos riscos legais, tributários, de imagem (corrupção) que trazem intrínseca relação.

Em paralelo, criamos canal de acesso a todos os colaboradores do Grupo, para registro de incidentes de Risco Socioambiental, utilizado para controle, acompanhamento e mitigação de possíveis riscos, com o objetivo de se estabelecer a prevalência dos princípios da relevância e da proporcionalidade e criar condições para a identificação de oportunidades de negócios alinhadas aos princípios de sustentabilidade e sociais, os quais darão suporte para competirmos no mercado financeiro com qualidade e eficiência.





Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI - é uma área estratégica de Controles Internos e Institucional, o qual se reporta diretamente ao Diretor Presidente do Banco Rendimento e Comitê de Segurança da Informação.

O DSI, tem como objetivo principal a proteção da informação de forma a preservar sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dando sustentabilidade ao negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos e oportunidades. O Departamento atua nos pilares da Segurança da Informação balanceando os fatores de riscos, tecnologia, processos, pessoas e custos.

Com o objetivo de preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base seguir as melhores práticas de mercado com o seguinte escopo de atuação: Programas de conscientização de colaboradores, criação e revisão de Políticas de Segurança, criação de metodologia para desenvolvimento seguro, revisões periódicas de perfis de acesso, testes periódicos de segurança em infraestrutura e aplicações, auditoria de software, controles de segurança em projetos novos, classificação da informação, criptografia de informações, monitoramento de ativos e regras de negócios, análise de riscos de segurança, proteção de tráfego de informações, entre outros controles relacionados à atividade.

Todas essas atividades são amparadas por um Sistema de Gestão de Segurança da Informação o qual é planejado e constantemente revisado.

Plano de Continuidade de Negócio

O Grupo Rendimento conta atualmente com uma estrutura de pessoas e processos para Gestão de Continuidade de Negócios (GCN). Existe uma equipe preparada para assegurar que em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos críticos de negócio sejam efetivos e capazes de salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. Regularmente os procedimentos e estruturas são revisados e testados para assegurar sua eficácia em caso de necessidade.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Grupo Rendimento atende as disposições da Resolução 4.433/15, do CMN. A unidade da Ouvidoria é um órgão que recebe e media a solução de conflitos de reclamações de última instância, que não foram solucionados pelo atendimento habitual realizado por suas agências e quaisquer outros pontos de atendimento.

A Ouvidoria se reporta diretamente a Diretoria e propõe medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das manifestações recebidas.

A Ouvidoria possui uma atuação independente, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa e Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.

Tal dispositivo acolhe as manifestações recebidas através do BACEN, Órgãos de Defesa do Consumidor, Sites Sociais, Imprensa, e-mails, cartas e telefone.





Audidores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Grupo Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Diretores e Acionistas do
Banco Rendimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis .

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos:

O Banco Rendimento S.A., elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 06 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante		1.210.513	1.091.299
Disponibilidades	5	359.737	399.804
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	215.153	295.732
Aplicações no mercado aberto		173.029	275.013
Aplicações em depósitos interfinanceiros		42.124	20.719
Títulos e valores mobiliários	7	241	1.257
Carteira própria		241	1.257
Relações interfinanceiras		1.401	1.406
Créditos vinculados ao Bacen		1.396	1.403
Relações com correspondentes		5	3
Relações Interdependências		171	-
Transferência interna de recursos		171	-
Operações de crédito	9	311.486	271.852
Setor Privado:		311.486	271.852
Empréstimos e títulos descontados		300.513	258.108
Financiamentos		27.429	23.301
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(16.456)	(9.557)
Outros créditos		310.808	102.470
Carteira de câmbio	10	167.479	14.567
Rendas a receber		1.030	-
Diversos	11a	145.710	91.029
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(3.411)	(3.126)
Outros valores e bens	11b	11.516	18.778
Outros valores e bens		8.834	17.126
Despesas antecipadas		2.682	1.652
Realizável a longo prazo		412.729	288.602
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	20.545	44.077
Aplicações em moedas estrangeiras		20.545	44.077
Títulos e valores mobiliários	7	168.815	74.046
Carteira própria		114.406	31.440
Vinculados operações compromissadas		13.682	16.764
Vinculados a prestação de garantias		40.727	25.842
Operações de crédito	9	61.324	46.430
Setor privado:		61.324	46.430
Empréstimos e títulos descontados		48.294	35.767
Financiamentos		13.865	11.509
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(835)	(846)
Outros créditos		161.267	123.210
Diversos	11a	161.267	123.210
Outros valores e bens	11b	778	839
Despesas antecipadas		778	839
Permanente		17.498	23.012
Investimentos		72	72
Títulos patrimoniais		2	2
Outros investimentos		70	70
Imobilizado de uso		12.995	16.618
Imóveis de uso		1.967	1.966
Outras imobilizações de uso		41.568	39.699
(Depreciações acumuladas)		(30.540)	(25.047)
Diferido		-	123
Gastos de organização e expansão		-	3.972
(Amortização acumulada)		-	(3.849)
Intangível		4.431	6.199
Ativos intangíveis - outros		11.690	13.620
(Amortização acumulada)		(7.259)	(7.421)
Total do ativo		1.640.740	1.402.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		993.498	781.049
Depósitos	12	342.655	302.080
Depósitos à vista		37.901	97.133
Depósitos interfinanceiros		25.230	8.497
Depósitos a prazo		202.374	130.228
Depósitos em moeda estrangeira		77.150	66.222
Captações no mercado aberto	13	-	6.089
Carteira própria		-	6.089
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	5.909	12.085
Recursos de aceites e emissão de títulos		5.909	12.085
Relações interdependências		116.687	54.300
Recursos em trânsito de terceiros		116.687	54.300
Obrigações por empréstimos	14	13.371	3.996
Empréstimos no exterior		13.371	3.996
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	14	12.585	1.409
BNDES		8.447	-
Finame		4.138	1.409
Instrumentos financeiros derivativos	8a	240	422
Instrumentos financeiros derivativos		240	422
Outras obrigações		502.051	400.668
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.921	1.837
Sociais e estatutários		10.302	-
Carteira de câmbio	10	166.275	22.525
Fiscais e previdenciárias	15a	44.815	27.355
Negociação e intermediação de valores	8a	1.302	472
Diversos	15b	277.436	348.479
Exigível a longo prazo		402.360	395.591
Depósitos	12	259.286	290.674
Depósitos a Prazo		259.286	290.674
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	6.422	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		6.422	-
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	14	13.669	19.030
BNDES		7.941	11.138
Finame		5.728	7.892
Outras obrigações		122.983	85.887
Fiscais e previdenciárias	15a	114.650	76.882
Diversas	15b	8.333	9.005
Resultados de exercícios futuros		558	402
Resultados de exercícios futuros		558	402
Patrimônio líquido	18	244.324	225.871
Capital		107.370	107.370
De domiciliados no país		107.370	107.370
Reserva de lucros		55.579	35.121
Ajustes de avaliação patrimonial		(32)	60
Participações de não controladores		81.407	83.320
Total do passivo		1.640.740	1.402.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º semestre	Exercício	
		2016	2016	2015(*)
Receitas da intermediação financeira		231.045	411.453	377.079
Operações de crédito		51.263	103.772	86.914
Resultado de títulos e valores mobiliários		29.173	55.458	53.805
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(5.614)	(35.923)	(9.210)
Resultado de operações de câmbio		156.223	288.146	245.570
Despesas da intermediação financeira		(47.155)	(86.192)	(107.403)
Captações no mercado	19	(36.393)	(66.802)	(94.773)
Empréstimos, cessões e repasses		(1.487)	(2.439)	(5.052)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.275)	(16.951)	(7.578)
Resultado bruto da intermediação financeira		183.890	325.261	269.676
Outras receitas/despesas operacionais		(130.543)	(238.767)	(205.008)
Receitas de prestação de serviços	20	39.922	77.335	79.320
Despesas de pessoal	21	(67.699)	(131.127)	(123.877)
Outras despesas administrativas	22	(64.454)	(116.325)	(102.105)
Despesas tributárias	23	(13.550)	(25.030)	(24.407)
Outras receitas operacionais	24	14.262	51.759	14.049
Outras despesas operacionais	24	(39.024)	(95.379)	(47.988)
Resultado operacional		53.347	86.494	64.668
Resultado não operacional		(197)	1.551	(256)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		53.150	88.045	64.412
Imposto de renda e contribuição social		(19.460)	(30.716)	(18.839)
Imposto de renda	16a	(12.857)	(20.843)	(11.509)
Contribuição social	16a	(10.870)	(17.389)	(7.458)
Ativo fiscal diferido	16a	4.267	7.516	128
Participações estatutárias no lucro		(2.307)	(3.869)	(2.579)
Lucro líquido do exercício/ semestre		31.383	53.460	42.994
Atribuível aos:				
Controladores		22.960	36.235	23.708
Não controladores		8.423	17.225	19.286
Total		31.383	53.460	42.994

(*) Os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3r).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de Não controladores	Total
		Legal	Outras					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	9.481	97.016	-	-	191.813	38.484	230.297
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.708	23.708	19.286	42.994
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	60	-	60	-	60
Aumento de capital	64.684	(8.759)	(55.925)	-	-	-	42.630	42.630
Redução de capital	(42.630)	-	-	-	-	(42.630)	-	(42.630)
Constituição de reserva legal	-	1.185	-	-	(1.185)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.323	-	(12.323)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.200)	-	-	(20.200)	(14.000)	(34.200)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(10.200)	(10.200)	(3.080)	(13.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	-	142.551	83.320	225.871
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	-	142.551	83.320	225.871
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.235	36.235	17.225	53.460
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(92)	-	(92)	-	(92)
Constituição de reserva legal	-	1.812	-	-	(1.812)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	24.023	-	(24.023)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.377)	-	-	(5.377)	(13.068)	(18.445)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(10.400)	(10.400)	(6.070)	(16.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.370	3.719	51.860	(32)	-	162.917	81.407	244.324
Saldos em 30 de junho de 2016	107.370	2.571	40.525	48	-	150.514	83.042	233.556
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	22.960	22.960	8.423	31.383
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(80)	-	(80)	-	(80)
Constituição de reserva legal	-	1.148	-	-	(1.148)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	16.712	-	(16.712)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.377)	-	-	(5.377)	(7.068)	(12.445)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(5.100)	(5.100)	(2.990)	(8.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.370	3.719	51.860	(32)	-	162.917	81.407	244.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMOSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015
Semestre findo em 31 de dezembro de 2016.
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido Ajustado do Período	42.827	74.551	50.377
Lucro Líquido do Período	31.383	53.460	42.994
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	11.444	21.091	7.383
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.640)	(1.408)	974
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.275	16.951	7.578
Depreciações e amortizações	3.113	6.687	6.403
Impostos diferidos	(4.267)	(7.516)	(128)
Provisões/reversões operacional	4.963	6.377	(7.444)
Varição de ativos e passivos	(177.109)	(180.514)	73.132
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.273)	2.127	(30.538)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(87.541)	(92.619)	(9.324)
Redução/(aumento) em relações interfinanceiras	14.515	4	(479)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(106.831)	(71.479)	21.740
(Aumento)/redução em outros créditos	212.903	(238.879)	103.392
Redução/(aumento) em outros valores e bens	(2.743)	7.323	1.302
Aumento em depósitos	35.741	9.187	47.295
(Redução)/aumento em captações no mercado aberto	(6.091)	(6.089)	6.089
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(659)	246	(10.490)
Aumento em relações interdependências	35.397	62.216	31.968
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	15.217	15.190	(3.932)
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	-	-	422
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(275.564)	132.103	(84.322)
Aumento em resultado de exercícios futuros	(180)	156	9
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	(134.282)	(105.963)	123.509
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso	138	197	364
Redução de diferido e intangível	1	220	-
Aquisição de Imobilizado de uso	(619)	(941)	(1.397)
Aplicações no Intangível	(30)	(648)	(1.923)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(510)	(1.172)	(2.956)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o Capital Próprio pagos	(8.090)	(16.470)	(13.280)
Dividendos pagos	(12.445)	(18.445)	(34.200)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(20.535)	(34.915)	(47.480)
Redução/(Aumento) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(155.327)	(142.050)	73.073
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	688.093	674.816	601.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	532.766	532.766	674.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)**

1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S/A é um banco comercial e é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, constituído em 1992, possui como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e regulamentares, bem como de carteira de câmbio e crédito ao mercado de middle market, e em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio financeiro e cartões pré pago.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, onde certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2015 do BACEN, as demonstrações financeiras do Grupo Rendimento foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de abril de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais).

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Cotação Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir as posições de patrimônio líquido e resultado das Empresas do Grupo:

Empresa	2016		2015	
	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Banco Rendimento S/A	162.917	36.235	142.551	23.708
Banco Brasileiro de Negócios S/A	44.148	4.171	43.127	3.232
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	19.785	1.783	18.002	881
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	572	17	555	-
Cotação DTVM S/A	30.161	11.474	34.255	13.148
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	1.027	80	948	95
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	7.011	1.579	5.852	4.438

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata dia*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco Rendimento e de suas controladas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos

de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, inclusive adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 9

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia” sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de Câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base “*pro rata*” dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras.

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram reapresentadas, para adequações as políticas contábeis de acordo com a interpretação das origens de despesas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (I)	31 de dezembro de 2015		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Outras receitas/despesas operacionais			
Despesas de pessoal	(123.750)	127	(123.877)
Outras despesas administrativas	(142.516)	(40.411)	(102.105)
Outras despesas operacionais	(7.705)	(40.283)	(47.988)
Lucro líquido	42.994	-	42.994

(i) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais, e despesas operacionais para despesa de pessoal.

4. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2016	2015
Disponibilidades (Nota 5)	359.737	399.804
Aplicações em operações compromissadas (nota 6)	173.029	275.013
Total	532.766	674.817

5. Disponibilidades

Descrição	2016	2015
Caixa	7.616	12.793
Depósitos bancários	813	1.485
Reserva Livre	261	4.522
Disponibilidades em moedas estrangeiras	351.047	381.004
Total	359.737	399.804

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2016	2015
<u>Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada</u>		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	173.029	30.000
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	245.013
Total das aplicações no mercado aberto	173.029	275.013
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>		
Não ligada	21.181	15.283
Não ligada - Crédito rural	20.943	5.436
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	42.124	20.719
Total do circulante	215.153	295.732
<u>Realizável a longo prazo</u>		
<u>Aplicações em moeda estrangeira</u>		
Aplicações em moeda estrangeira	20.545	44.077
Total de aplicação em moeda estrangeira	20.545	44.077
Total realizável a longo prazo	20.545	44.077
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	235.698	339.809

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

Descrição	2016			2015		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado
<u>Títulos para negociação</u>						
Carteira própria – Livres	241	241	-	2.250	1.257	(993)
Certificado de depósito bancário (CBD)	241	241	-	206	206	-
Ações de companhias abertas	-	-	-	2.044	1.051	(993)
Total de títulos para negociação	241	241	-	2.250	1.257	(993)
<u>Títulos disponíveis para venda</u>						
Carteira própria – Livres	114.448	114.406	(42)	31.398	31.440	42
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	114.448	114.406	(42)	31.398	31.440	42
Vinculados a operações compromissadas	13.686	13.682	(4)	16.741	16.764	23
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	13.686	13.682	(4)	16.741	16.764	23
Vinculados a prestação de garantias	40.739	40.727	(12)	25.807	25.842	35
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	40.739	40.727	(12)	25.807	25.842	35
Total de títulos disponíveis para venda	168.873	168.815	(58)	73.946	74.046	100
Total de títulos e valores mobiliários	169.114	169.056	(58)	76.196	75.303	(893)
Circulante		241			1.257	
Realizável a longo prazo		168.815			74.046	

Os títulos públicos, custodiados na SELIC, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 32 (R\$ 60 em 2015).

As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores.

Durante o exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

8. Instrumentos financeiros e derivativos

O Grupo Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“Hedge”) contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “Hedge” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (Pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

a) **Composição analítica das operações**

Mercado Futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do BACEN, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	Valor nominal dos contratos	
	2016	2015
Contratos de futuros (i)		
Posição comprada		
Dólar	141.782	-
EUR	6.929	17.556
Total posição comprada	148.711	17.556
Posição vendida		
DI	36.957	18.604
Dólar	7.260	38.886
Euro	-	8.739
Total posição vendida	44.217	66.229

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 1.302 (R\$ 472 em 2015), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&FBOVESPA

NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF registrada na CETIP é assim assumida:

	2016		2015	
	Valor de referência	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
l) Tipo:				
Termo de moedas:				
Posição comprada	51.561	(153)	(153)	(292)
Posição vendida	14.048	(87)	(87)	(130)
Total NDF	65.609	(240)	(240)	(422)

b) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2016	2015
Vinculados a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	40.727	25.842
Total	40.727	25.842

9. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira por produto

	2016	2015
Operações de crédito		
Capital de giro	198.605	145.546
Conta corrente garantida	120.574	96.736
Títulos descontados	19.082	33.709
FINAME	9.885	9.357
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	6.628	6.028
Cheque especial	4.992	4.728

Crédito pessoal	1.845	7.192
Financiamento em moeda estrangeira	8.290	8.248
Cédula de crédito de exportação	2.117	3.021
Adiantamento a depositantes	1.142	1.192
BNDES	16.491	11.176
Confissão de dívida	450	1.740
Recuperação Judicial	-	12
	390.101	328.685
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)	14.153	4.183
Rendas a receber (Nota 10)	288	1.814
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito (Nota 11)	93.501	43.673
Devedores por compra valores e bens	-	210
	107.942	49.880
	498.043	378.565
Total das operações de crédito		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.291)	(10.403)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.411)	(3.126)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.702)	(13.529)

b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	2016	2015
<u>Pessoa jurídica - Setor privado:</u>		
Indústria	49.660	48.371
Comércio	131.804	24.312
Outros serviços	301.226	282.350
Intermediação financeira	-	1.871
	15.353	21.661
Total da carteira por ramo de atividade	498.043	378.565

c) Composição da carteira por vencimento

	2016	2015
Vencidas		
A partir de 14 dias	17.572	11.247
À vencer:		
Até 90 dias	214.426	194.633
De 91 a 360 dias	203.876	125.404
Acima de 360 dias	62.169	47.281
Total da carteira por vencimento	498.043	378.565

d) Concentração da carteira

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	171.024	34,34%	126.350	33,38%
50 seguintes maiores devedores	219.205	44.01%	170.539	45,05%
100 seguintes maiores devedores	90.135	18,10%	64.190	16,96%
Seguintes maiores devedores	17.679	3,55%	17.486	4,62%
Total da carteira	498.043	100,00%	378.565	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

2016					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas*	Total	Provisão
AA	-				
A	0,5	331.131	-	331.131	1.655
B	1,0	72.261	567	72.828	728
C	3,0	71.217	223	71.440	2.143
D	10,0	3.649	278	3.927	393
E	30,0	346	750	1.096	329
F	50,0	22	4.180	4.202	2.101
G	70,0	19	196	215	150
H	100,0	1.826	11.378	13.204	13.203
Total		480.471	17.572	498.043	20.702

2015					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas*	Total	Provisão
AA	-				
A	0,5	254.685	-	254.685	1.273
B	1,0	56.414	153	56.567	566
C	3,0	47.080	1.483	48.563	1.456
D	10,0	3.178	747	3.925	393
E	30,0	1.968	347	2.315	695
F	50,0	3.931	365	4.296	2.148
G	70,0	26	4.028	4.054	2.838
H	100,0	36	4.124	4.160	4.160
Total		367.318	11.247	378.565	13.529

* A coluna "vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2016	2015
Saldo Inicial	13.529	17.062
Constituição	19.672	14.577
Reversão	(2.721)	(6.999)
Baixas de créditos contra prejuízo	(9.778)	(11.111)
Saldo Final	20.702	13.529

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 3.783 (2015 - R\$ 13.538).

Os créditos recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizam R\$ 7.560 (2015 - R\$ 3.859).

10. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	2016	2015
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	14.054	8.599
Direitos sobre venda de câmbio	173.421	12.834
(-) Adiantamentos em moeda nacionais recebidas	(20.284)	(8.680)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	288	1.814
Total do ativo	167.479	14.567

Passivo

Câmbio vendido a liquidar	163.473	5.803
Obrigações por compra de câmbio	14.153	6.170
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 9)	(14.153)	(4.183)
Obrigações por vendas realizadas	2.802	14.735
Total do passivo	166.275	22.525

11. Outros créditos e outros valores e bens

a) Diversos

	2016	2015
Devedores por depósito em garantia (nota 26b)	117.527	78.509
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 9)	93.501	43.673
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	8.097	11.610
Crédito tributário (nota 16b)	52.212	44.696
Devedores diversos – País	8.853	14.949
Imposto de renda a compensar	24.082	19.284
Outros	2.705	1.518
Total	306.977	214.239
Circulante	145.710	91.029
Realizável longo prazo	161.267	123.210

(i) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Traveller Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto e câmbio a fechar.

b) Outros valores e bens

	2016	2015
Bens não de uso próprio (i)	8.834	17.126
Despesas antecipadas	3.460	2.491
Total	12.294	19.617
Circulante	11.516	18.778
Realizável longo prazo	778	839

(i) Refere-se a imóveis recuperados de garantia de operações de crédito que serão vendidos ou levados a leilão conforme normas estabelecidas no Cosif.

12. Depósitos

a) Composição da carteira

	2016	2015
Depósitos à vista		
Pessoa física	9.131	17.701
Pessoa jurídica	28.770	79.432
	37.901	97.133
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	284.696	269.078
Pessoa física	176.338	150.784
Investidores institucionais	-	817
Instituições financeiras	626	223
	461.660	420.902
Depósitos em moeda estrangeira e interfinanceiros		
Depósitos em moeda estrangeira	77.150	66.222
Depósitos interfinanceiros	25.230	8.497
	102.380	74.719
Total de depósitos	601.941	592.754
Circulante	342.655	302.080
Realizável longo prazo	259.286	290.674

b) Composição da carteira por vencimento

					2016	2015
	Sem Vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósitos à vista	37.901	-	-	-	37.901	97.133
Depósitos interfinanceiros	-	25.230	-	-	25.230	8.497
Depósitos a prazo	-	161.874	40.500	259.286	461.660	420.902
Depósitos em moeda estrangeira	77.150	-	-	-	77.150	66.222
Total de depósitos	115.051	187.104	40.500	259.286	601.941	592.754

c) Concentração dos depositantes

	2016	2015
10 Maiores depositantes	205.090	175.691
50 Seguintes depositantes	242.432	234.834
100 Seguintes depositantes	98.613	91.097
Demais depositantes	55.806	91.132
Total de depósitos	601.941	592.754

13. Captações no mercado aberto

	2016	2015
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	6.089
Total	-	6.089

14. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

				2016	2015
	Até 90 dias	de 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Obrigações por empréstimos					
Empréstimos no exterior (i)	-	13.371	-	13.371	3.996
Obrigações por repasses – Instituições Oficiais					
FINAME	1.382	2.756	5.728	9.866	9.301
BNDES	2.228	6.219	7.941	16.388	11.138
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Letras financeiras	-	-	-	-	12.085
Letras de crédito imobiliário	-	5.909	6.422	12.331	-
Total	3.610	28.255	20.091	51.956	36.520

(i) Constituída por linha de crédito junto a banqueiros no exterior, com remuneração da taxa "Libor" acrescida de spread.

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	6.609	8.348
Impostos e contribuições sobre os lucros	38.206	19.007
Total do circulante	<u>44.815</u>	<u>27.355</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (nota 26b)	114.650	76.882
Total do exigível a longo prazo	<u>114.650</u>	<u>76.882</u>
Total	<u>159.465</u>	<u>104.237</u>

b) Diversas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Obrigações por prestação de serviços	17.639	15.319
Provisão para pagamentos a efetuar	27.590	27.446
Credores diversos no exterior (i)	220.408	289.361
Credores diversos no país	11.498	16.317
Outros	301	36
Total do circulante	<u>277.436</u>	<u>348.479</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 26b)		
Provisão para passivos contingentes	7.647	8.419
Provisão para fianças (nota 25)	686	586
Total do exigível a longo prazo	<u>8.333</u>	<u>9.005</u>
Total	<u>285.769</u>	<u>357.484</u>

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Traveller Money).

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas e das provisões do imposto de renda e da contribuição social.

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	88.045	88.045	64.412	64.412
Juros sobre capital próprio	(16.470)	(16.470)	(13.280)	(13.280)
Participação nos Lucros (empregados)	(3.869)	(3.869)	(1.623)	(1.623)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	67.706	67.706	49.509	49.509
Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.952	16.952	7.578	7.578
Provisão para contingências	1.674	1.674	2.183	2.183
Multas Indedutíveis	892	892	4	4
Patrocínio e doações indedutíveis	1.633	1.633	1.504	1.504
Remuneração variável de dirigentes	1.363	409	1.097	-
Gratificações	1.491	1.491	-	-
Outras	6.203	6.410	3.664	3.878
Total das adições	30.208	29.461	16.030	15.147
Exclusões:				
Perdas em operações de crédito - Lei 9.430/96	4.414	4.414	14.323	14.323
Outras provisões	3.526	3.526	1.582	1.671
Total das exclusões	7.940	7.940	15.905	15.994
Base do imposto de renda e contribuição social	89.974	89.227	49.633	48.662
IRPJ / CSLL	(22.352)	(17.389)	(12.284)	(7.458)
Dedução de incentivos fiscais	1.509	-	775	-
Imposto de renda e contribuição social	(20.843)	(17.389)	(11.509)	(7.458)
Ativo fiscal diferido	3.989	3.527	(718)	846
Total de imposto de renda e contribuição social	(16.854)	(13.862)	(12.227)	(6.612)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	Saldo			Saldo
	31/12/2015	Constituição	Realização	31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.204	7.275	(1.736)	13.743
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	29.632	-	-	29.632
Provisão para contingências	3.129	2.749	(2.164)	3.714
Provisão para participações no lucro	430	1.809	(1.427)	812
Outras	3.301	8.181	(7.171)	4.311
Total	44.696	20.014	(12.498)	52.212

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.081	1.981	5.427	2.240	14	13.743
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	29.632	29.632
Provisão para contingências	1.298	524	261	137	1.494	3.714
Provisão para participações no lucro	812	-	-	-	-	812
Outras	3.272	-	5	-	1.034	4.311
Total	9.463	2.505	5.693	2.377	32.174	52.212
Valor presente	8.482	2.279	5.194	2.174	29.496	47.624

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 47.624, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

17. Partes relacionadas

a) Saldo das transações:

As transações com partes relacionadas referente as aplicações em CDB dos acionistas, foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoas Físicas						
Depósitos à vista	-	223	-	-	459	-
Certificado de depósito bancário – CDB	-	50.858	-	-	37.458	(3.639)
	-	51.081	-	-	37.917	(3.639)

b) Remuneração da administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social das

empresas do Grupo Rendimento. Incurram os seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração fixa no exercício	7.082	6.844
Remuneração variável no exercício	954	923
Encargos sociais	3.750	1.708
Total	<u>11.786</u>	<u>9.475</u>

O Grupo Rendimento não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social do Banco, instituição líder é representado por 125.024 ações nominativas sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

O capital social de não controladores é de R\$ 57.108 (2015 R\$ 57.108), e está constituído por 1.893.074 ações, sendo 963.017 ordinárias e 928.017 preferenciais, e 2.108 cotas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

(i) Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R\$ 85.316 para R\$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R\$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros – Outras R\$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações. Em 05 de junho de 2015 foi aprovado pelo BACEN, o aumento de capital social do Banco.

(ii) Em 28 de agosto de 2015 por realização de assembleia Geral Extraordinária, o Banco reduziu o capital social de R\$ 150.000 para R\$ 107.370, mediante a entrega de 35.000 ações de emissão do Banco BBN, pelo valor de R\$ 42.630. Em 07 de outubro de 2015 foi aprovado pelo BACEN, a redução do capital social do Banco.

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

O capital da controladora é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia Geral de Acionistas e Cotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no ano de 2016, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 18.445 (2015 R\$ 34.200), e deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 16.470 (2015 R\$ 13.280) referente exercício de 2016, calculados com base na Taxa de Juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 7.365.

c) Reserva de lucros

Legal: O Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

19. Despesas de captação no mercado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos a prazo	62.083	57.650
Recursos de emissão de títulos	1.119	1.829
Depósitos interfinanceiros	1.791	1.062
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	789	838
Operações compromissadas	1.020	559
Outras despesas de captação	-	32.835
Total	<u>66.802</u>	<u>94.773</u>

20. Receitas de prestação de serviços

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Câmbio	31.403	26.333
Cartões de débitos	21.380	27.003
Arrecadação	13.487	12.328
Serviços de pagadoria	3.543	5.883
Serviços bancários	3.119	3.244
Outros serviços	4.403	4.529
Total	<u>77.335</u>	<u>79.320</u>

21. Despesa de pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Proventos	71.580	67.574
Encargos sociais	26.837	26.630
Benefícios	22.994	20.754
Honorários	8.694	7.893
Outros	1.022	1.026
Total	<u>131.127</u>	<u>123.877</u>

22. Outras despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Transportes e Guarda de valores	39.578	27.886
Aluguéis	18.403	18.691
Processamento de dados	14.639	12.178
Depreciação/amortização	6.687	6.403
Serviços sistema financeiro	6.588	5.281
Serviços de terceiros	3.440	4.863
Condomínio	4.626	4.571
Serviços técnicos especializado	5.513	4.608
Comunicações	4.260	4.293
Serviços de vigilância e segurança	2.259	2.272
Promoções e relações públicas	1.825	2.227
Manutenção e conservação de bens	2.106	2.179
Contribuições filantrópicas	1.452	1.439
Material	569	851
Outras	4.380	4.363
Total	<u>116.325</u>	<u>102.105</u>

23. Despesas tributárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PIS/COFINS	19.617	16.899
ISS	3.134	3.048
Outras	2.279	4.460
Total	<u>25.030</u>	<u>24.407</u>

24. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos (i)	38.468	5
Receita de arbitragem	4.571	6.077
Reversão de provisões diversas	4.798	1.541
Outras	3.922	6.426
Total	<u><u>51.759</u></u>	<u><u>14.049</u></u>
Outras despesas operacionais		
Atualização Monetária Contingências (i)	37.573	-
Comissões	17.793	14.451
Verbas de incentivo	12.105	12.766
Contingências (ii)	11.459	4.460
Convênios Operacionais	7.720	6.739
Outras	8.729	9.572
Total	<u><u>95.379</u></u>	<u><u>47.988</u></u>

(i) No exercício findo em 31/12/2016, foram efetuadas atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 dos depósitos judiciais e contingências fiscais, com base nos extratos dos bancos depositários.

(ii) Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas

25. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2016, correspondiam a R\$ 111.112 (R\$ 78.823 em 2015) com provisão para perdas no montante de R\$ 686 (R\$ 586 em 2015).

26. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, R\$1.595 de ativo contingente referente repasse de IPVA junto a prefeitura de Tuiuti/SP.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 110.810;

- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fiança, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.275.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício estão a seguir apresentadas:

Provisão para Contingências					2016	2015
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total	Total
Saldo no início	76.882	4.490	1.788	547	83.707	84.892
Constituições/Reversões	195	5.135	2.838	(349)	7.819	2.100
Atualização monetária (i)	37.573	-	198	-	37.771	-
Pagamentos	-	(2.809)	(4.191)	-	(7.000)	(1.691)
Saldo no final	114.650	6.816	633	198	122.297	85.301

(i) No exercício findo em 31/12/2016, foram efetuadas atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 das contingências.

Depósitos Judiciais				2016	2015
	Fiscais	Trabalhistas	Cível	Total	Total
Saldo no início	77.175	1.276	58	78.509	77.390
Constituições	111	2.012	344	2.467	2.725
Atualização monetária (i)	38.485	10	-	38.495	-
Reversões	(620)	(1.034)	(290)	(1.944)	(1.606)
Saldo no final	115.151	2.264	112	117.527	78.509

(i) No exercício findo em 31/12/2016, foram efetuadas atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 dos depósitos judiciais, com base nos extratos dos bancos depositários.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Por 42 processos de natureza cível que somam R\$ 848, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeira.
- Pela contestação administrativa de incidências de IOF e IRRF, relativos às operações de câmbio, no montante de R\$ 8.411.
- Pela contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações de câmbio que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 2.189.
- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações de câmbio e obrigações acessórias que não se classificam como prestação de serviços, no Município de Santo André, no montante de R\$ 654.
- Contestação de contingência sobre depósitos judiciais do alargamento da base de PIS e COFINS, no montante de R\$ 491.
- Contestação em fase de recurso judicial à exigência multa por não cumprimento de normas legais referentes a sigilo bancário de cliente pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 581, depositados nos autos da ação judicial nº 2001.61.00.014568-8.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo Rendimento.

27. Limites operacionais

O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

Patrimônio de referência – PR	<u>233.212</u>
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	1.002.099
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	100.379
Risco de taxas de juros – RWA_{JUR1}	1.493
Risco de cupom de moedas – RWA_{JUR2}	23.571
Risco operacional – RWA_{OPAD}	494.379
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	<u>160.165</u>
Margem sobre o PR requerido	<u>72.771</u>

O índice de Basileia na data-base de 31 de dezembro de 2016, para o Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do CMN, é de 14,38% (dezembro de 2015 – 14,36%).